



O TURISMO COMO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE FOZ DO IGUAÇU-PR

TOURISM AS INCENTIVE OF REGIONAL DEVELOPMENT: THE CASE FOZ DO IGUAÇU CITY

Eduardo Dalcin Castilha*

RESUMO

Atualmente surgem estratégias inovadoras de desenvolvimento regional no interior dos municípios brasileiros. O presente trabalho traz uma revisão bibliográfica sobre a temática do desenvolvimento regional em relação à atividade promotora do turismo, onde se procura relacionar a teoria do desenvolvimento regional em relação as características da atividade do turismo na cidade de Foz do Iguaçu-PR. O trabalho também visa analisar potencialidade do turismo em promover o desenvolvimento desta região, destacando o seu impacto econômico e subsidiando o processo de planejamento da atividade do turismo no município. A promoção do turismo pode nortear as iniciativas da gestão pública municipal e da iniciativa privada, junto a comunidade em um trabalho integrado, com o propósito de impulsionar a economia iguaçuense.

Palavras-chave: Atividade turística, Desenvolvimento Regional, Economia, Foz do Iguaçu, Turismo.

ABSTRACT

Currently there are innovative strategies for regional development within the Brazilian municipalities. This work presents a literature review on the subject of regional development in relation to the activity promoter of tourism, where if you are looking to relate the theory of regional development in respect of the characteristics of the activity of tourism in the city of Foz do Iguaçu-PR. The work also aims to analyze the potential of tourism to promote the development of this region, highlighting its economic impact and supporting the process of planning of the activity of tourism in the city. The promotion of tourism can guide the initiatives of the municipal public management and private initiative, with the community in an integrated work, with the aim of boosting the iguaçuense economy.

Keywords: Tourist Activity, Regional Development, Economy, Foz do Iguaçu, Tourism.

* Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: eduardo.castilha@unila.edu.br



1. Introdução

Considerando a nova composição mundial da economia, a globalização e a resultante reorganização das funções dos governos que atingem diretamente as cidades brasileiras e devido ao crescimento urbano acelerado, novas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, estão sendo elaboradas e implementadas, objetivando gerar emprego e renda para a população. Frente a estas mudanças, o turismo vem se caracterizando como alternativa econômica, desde a década de 1990, como fator de desenvolvimento econômico e social para determinadas regiões, que possuem restrições a outras formas de ganho econômico, como a indústria e o comércio.

As barreiras ao desenvolvimento econômico ocorrem principalmente devido às restrições de uso das áreas de proteção ambiental e ao isolamento de municípios no que concerne as interligações viárias, dadas as situações das estradas e rodovias. Portanto, os municípios que possuem alternativas escassas, buscam no turismo, uma solução para o crescimento, tentando aproveitar os seus próprios recursos naturais e culturais.

O crescimento e o desenvolvimento de uma região não é intrínseco apenas a construção das políticas públicas, mas também ao nível de liberdade que é concedido pelo Estado às instâncias que as constroem. A democratização na elaboração de propostas e a priorização na melhoria de infraestrutura e serviços urbanos nas regiões e/ou bairros mais desprovidos, são políticas necessárias para a qualificação da vida, preparando um ambiente propício para o desenvolvimento.

De acordo com Haddad (2001) o desenvolvimento regional eleva à competitividade dinâmica de empresas, regiões e cria a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento regional. O autor aponta para a diferença entre vantagens comparativas, que não se sustentam a longo prazo, tais como incentivos fiscais e financeiros, uso predatório do ecossistema e exploração de mão de obra, de vantagens comparativas dinâmicas, mais resistentes, ligadas à dotação de recursos da região. Quanto maior a população, mais alto o nível de produtividade e melhor a distribuição de renda, maior será o mercado interno. Novas atividades econômicas geram impactos positivos em uma região, como geração de empregos diretos e indiretos, elevação da renda e arrecadação de impostos e taxas.

O turismo, em suas várias facetas e abordagens têm adquirido cada vez mais espaço; nas áreas econômica, política e acadêmica, ampliaram-se as pesquisas, os projetos e, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável dessa atividade. Tais avanços, todavia, fomentam a confecção de novos conhecimentos teóricos e na sua efetiva aplicabilidade para a solução de problemas econômicos e sociais, em contrapartida as transformações da realidade. Por mais que se entendam, por exemplo, as funções, responsabilidades e papéis dos diversos atores e organizações sociais – poder público, iniciativa privada, comunidades,



organizações não governamentais –, ainda existem divergências e dúvidas quanto às competências de cada ente.

De acordo com De Masi (2000), o acesso dos cidadãos ao bem-estar social e a melhores condições de qualidade de vida remetem aos diversos setores da economia, entre eles o turismo. Acredita-se que o turismo possui potencialidades e características, e por meio de sua dinâmica, contribui para a solução de problemas causados pela desigualdade social. O turismo configura-se como uma alternativa pertinente para revitalização das oportunidades, a partir da construção de novas organizações que se especializem na produção de serviços em uma “nova economia do ócio”.

Conforme Arrillaga (1976), trata-se de um senso comum as argumentações sobre o desenvolvimento turístico destacar que existem oportunidades aproveitáveis, que o potencial do turismo ainda não é capitalizado corretamente e de maneira eficaz. Os benefícios da atividade turística como meio econômico são potenciais estratégias para propulsão do desenvolvimento, pois é uma das mais amplas e diversificadas cadeias produtivas globais.

O município de Foz do Iguaçu tem forte vocação para o turismo, pois detém características raramente presentes em outras regiões fronteiriças, a exemplo das Cataratas do Iguaçu, responsáveis pela atração de mais de 1 milhão e 500 mil turistas em 2014, sendo de 172 países distintos (SMTU, 2014).

A cidade congrega uma mistura de povos identificada nos rostos e idiomas que circulam livremente pelas ruas da cidade - que abriga cerca de 57 das 192 nacionalidades existentes no mundo. Paraíso para os amantes da natureza, com a exuberância das Cataratas do Iguaçu, ou para os interessados na tecnologia que fez de Itaipu Binacional a maior hidrelétrica do mundo, a grandiosidade das criações da natureza e do homem são os símbolos da cidade. A cidade ainda cultiva sua identidade de interior. Com apenas 103 anos de história como município, já se consolida como destino turístico, sendo que somente a Hidrelétrica de Itaipu, atraiu em 2014 mais de 500 mil visitantes e desde 1983 já atraiu mais de 20 milhões de turistas. Na área de turismo a cidade possui pontos estratégicos de importância fundamental e únicos em sua região. Possui um grande parque hoteleiro, boa infraestrutura, atraindo visitantes de diversas localidades. É também um dos destinos brasileiros mais visitados por turistas estrangeiros, que vêm em busca de belezas naturais, como as Cataratas do Iguaçu e artificiais como a Hidrelétrica de Itaipu. A “indústria” do turismo surge a partir desses pontos fortes, viabilizando o desenvolvimento econômico e social na região (SMTU, 2014).

2. Atividade Turística

Para Beni (2007) o turismo é uma atividade produtiva contínua, geradora de renda, que se submete às leis econômicas e interfere nos diversos segmentos da economia, repercutindo acentuadamente e indiretamente em outras



atividades produtivas através do seu efeito multiplicador. O turismo promove o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador dos investimentos e dos acréscimos da demanda interna e receptiva. É um elemento importante para o planejamento regional ou territorial. Proporciona a geração de rendas para o setor público, representada por impostos diretos e indiretos, incidentes sobre a renda total produzida no âmbito do sistema econômico e estimula o processo de abertura da economia.

Para Souza e Correa (2000) a atividade turística tem várias definições entre as quais se podem destacar as seguintes: É um ramo das Ciências Sociais e não das Ciências Econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial. É o movimento de pessoas gerando a ocupação do espaço por pessoas que afluem à determinada localidade, onde não possuem residência fixa. Trata-se do conjunto de relações e fenômenos resultantes do deslocamento de pessoas em localidades diferentes daquelas nas quais residem ou trabalham, contanto que tais deslocamentos e permanências não sejam motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária. Este conceito econômico da atividade turística leva em consideração a capacidade de multiplicação de renda dessas despesas turísticas, o que possibilita uma visão dos efeitos da atividade turística sobre o desenvolvimento regional.

O autor discorre que a partir dessa visão, o turismo define-se como uma atividade econômica pelos seguintes motivos: a propensão a viajar é uma prática humana; o lazer é uma ação realizada por indivíduos; as viagens são atividades que geram gastos e receitas; o consumo de bens e serviços turísticos pode enquadrar-se em mais de uma atividade econômica; a produção de riqueza através de um processo produtivo é clara e tipicamente uma atividade econômica. Todavia, o turismo não é indústria porque esta é um conjunto de operações necessárias para a transformação de matérias-primas. Porém, a atividade turística trata-se de uma agregação de valores aos diferenciais turísticos naturais e culturais, e não a transformação tangível e concreta na matéria-prima original.

Segundo Montejano (2001), analisando sob a ótica econômica, o turismo pode ser descrito como um conjunto das relações e fenômenos (econômicos sociais e culturais), portanto, qualquer atividade que gere um deslocamento implicando gasto de renda, por meio do qual se busca conseguir satisfação e serviços que são oferecidos por meio de uma atividade, geralmente mediante um investimento prévio e cujo objetivo final é obter rentabilidade. Desta forma, o turismo se enquadra dentro da economia como o conjunto das atividades industriais e comerciais que produzem bens e serviços consumidos total ou parcialmente por visitantes e turistas estrangeiros ou nacionais.

Afirma ainda Montejano (2001), que o turismo não é de fato uma indústria, pois, seguindo a definição mais rígida, não produz nenhum bem econômico, mas sim uma atividade de prestação de bens e serviços. Todavia, o autor aponta algumas conotações iguais à da indústria, principalmente a dimensão que tem para o crescimento e desenvolvimento da economia de um país, em



especial para países com potencial turístico, assim sendo o turismo foi definido como a indústria sem chaminé.

Segundo o autor, o conceito de turismo é muito extensivo, visto que a atividade trata-se da soma de todo o setor mundial de viagens, hotéis, transportes e outros componentes, incluindo promoção, que atende às necessidades e aos desejos dos turistas. O turismo pode ser enquadrado como a soma de fenômenos e relações originadas da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades autóctones, no processo de atrair e receber visitantes. O turismo é um composto de atividades, serviços e setores que proporcionam experiências de viagem. Turismo é a soma total das despesas turísticas dentro das fronteiras de uma nação ou subdivisão política, ou uma área em torno de uma estrutura de transporte de estados ou nações contíguas. Este conceito econômico da atividade turística leva em consideração a capacidade de multiplicação de renda dessas despesas turísticas, o que possibilita uma visão dos efeitos da atividade turística sobre o desenvolvimento regional.

3. Desenvolvimento Regional Endógeno

Segundo Barquero (2002) a atividade econômica, social e institucional baseia-se nas relações entre indivíduos, empresas e organizações, sendo que por tal razão identificam-se grande variedade de redes. Assim sendo, constituem-se redes pessoais e redes que as empresas formam com os agentes do entorno próximo, caracterizadas por relações informais e/ou ocasionalmente comerciais. Entretanto, sistemas produtivos locais, constituem um perfil especial de rede, os quais são muito arraigados no território e mantêm relações comerciais sólidas principalmente baseadas confiança.

A partir de uma visão regional, o conceito de desenvolvimento endógeno compreende-se como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, assim como a possibilidade de absorção da região, sendo que o resultado será a retenção do superavit econômico gerado na economia local e a obtenção de excedentes advindos de outras regiões.

Segundo Boisier (1988) existe uma característica marcante neste processo, assim fazendo surgir um novo modelo desenvolvimento regional endógeno, sendo ele centrado nos próprios atores locais e não mais no planejamento centralizado; por meio de uma organização social/regional, e com a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais.

De acordo com Moraes (2003), o desenvolvimento da região está conectado a fatores sociais, ambientais e culturais da formação do território. Tais fatores auxiliam na avaliação da organização dos atores, e a partir desta organização do sistema local, forma-se um ambiente propício à reprodução de economia de escala e à redução dos custos de transação e ao crescimento econômico. Moraes (2003) também frisa a importância da participação da população:



No ambiente do território é onde interagem as organizações comunitárias, as unidades empresariais, as redes de infraestrutura e os intermediários comerciais e financeiros. Isso exige o desenvolvimento de instituições que sejam democráticas, modernas, representativas, transparentes e competentes e que possibilitem o planejamento com participação da população. Para isso, são necessários mecanismos diferenciados de gestão, que articulem os governos e as instituições locais com a sociedade. (MORAES, 2003, p. 6).

Quando abordamos as estratégias de desenvolvimento local, os atores locais podem ser considerados como catalisadores dos desafios impostos pelo aumento da competitividade de determinado destino turístico e assim desencadeando processos de desenvolvimento endógeno. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local devem estimular a abertura das empresas locais e favorecer o desenvolvimento dos recursos específicos que definem a capacidade de atração de empresas externas.

O desenvolvimento endógeno necessita da criação de uma adjacência institucional e econômica favorável, propiciado pela união do aproveitamento dos recursos e dos serviços locais, e por meio da cooperação entre os atores; pois, estes possuem condições de promover mudança de rota. Pois, conforme Moraes (2003), esta cooperação significa acúmulo de capital social, e relações institucionalizadas na forma de normas ou redes sociais. Portanto, é de significativa importância o capital social para o desenvolvimento endógeno.

4. Turismo e Desenvolvimento

O turismo, na concepção de Barreto (2006), tem efeito direto e indireto na economia de uma localidade ou região. Os efeitos diretos são os resultados das despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos e de apoio, pelos quais o turista pagou diretamente. Os efeitos indiretos do turismo são resultantes da despesa efetuada pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo. Trata-se de um dinheiro que foi trazido pelo turista, mas que será gasto por outrem que o receberá do turista em primeira mão. Numa terceira etapa de circulação do dinheiro do turista estão os efeitos induzidos, que são constituídos pelas despesas realizadas por aqueles que receberam o dinheiro dos prestadores dos serviços turísticos e similares.

O dinheiro que entra por meio da atividade turística multiplica-se na economia traduzindo-se em: aumento da urbanização; incremento das indústrias associadas à atividade; incremento da demanda de mão de obra para serviços; incremento da indústria de construção; aumento da demanda dos produtos locais desde hortifrutigranjeiros até artesanato; incremento da entrada de divisas para



equilibrar a balança comercial; maior arrecadação de impostos e taxas. O efeito multiplicador é produzido pela sucessão de despesas que tem origem no gasto do turista e que beneficia os setores ligados indiretamente ao fenômeno turístico.

Conforme afirma Dias (2003) o desenvolvimento do turismo com base regional representa uma saída às tendências de produção de uma imagem estereotipada. Evita que haja devoração da paisagem, degradação do meio ambiente e descaracterização de culturas tradicionais. O turismo com base regional constitui uma mediação possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representada pela possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do regionalismo.

A atividade do turismo atua indiretamente, gerando renda não só na indústria turística complementar, mas em quase todos os setores econômicos. Seu reflexo faz-se sentir na construção civil, na indústria alimentar, na produção de móveis e utensílios domésticos, nos serviços de profissionais liberais e no movimento bancário. O setor público é afetado pela realização de obras, no incremento do comércio em geral, especialmente aos ligados aos produtos típicos. Pelo mesmo processo de reação, beneficia-se toda a rede de indústrias e serviços relacionados ao transporte, tais como postos de gasolina, oficinas mecânicas, e atividades vinculadas aos veículos automotores. Na indústria complementar, o setor de diversão e cultura, sofre uma dinamização proporcional ao incremento da atividade turística.

O turismo por ser uma atividade econômica, envolve-se com o conceito de desenvolvimento, no momento que este é um produto, e é consumido *in loco*, impulsionando o desenvolvimento de outras atividades econômicas e infraestrutura. Mas alcançar um desenvolvimento acompanhado de equilíbrio e capacidade de alocação de recursos é um dos desafios do homem na atualidade. E o turismo como importante atividade econômica do século XXI é percebida como “importante componente nas equações de desenvolvimento” (DIAS, 2003, p. 67) no que tange a essência da parceria dos interessados na atividade turística.

5. O Turismo em Foz do Iguaçu

Adentrando a história da cidade, na década de 1980, a cidade sofreu forte impacto devido a política monetária do governo federal. O câmbio sobrevalorizado com o objetivo de reduzir as necessidades de divisas estrangeiras do país estimulou os turistas brasileiros a comprarem nas cidades vizinhas de Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Assim sendo naquela década surgiram os “sacoleiros”, pessoas vindas das mais diversas partes do Brasil que compravam produtos industrializados no Paraguai, estes oriundos de diversas partes do mundo, porém, com uma carga de impostos muito menor do que a dos similares brasileiros. Comprava-se também em menor escala, produtos agroindustriais produzidos na Argentina.



As mercadorias eram revendidas pelos sacoleiros em suas cidades de origem a preços mais acessíveis que os produtos de origem nacional, representando importante fonte de renda para estas pessoas. No entanto, esse comércio prejudicava a indústria brasileira e o próprio governo, com a redução potencial da arrecadação tributária. Foz do Iguaçu também era um grande centro exportador de produtos brasileiros para os países vizinhos, principalmente o Paraguai, através da venda de produtos industrializados fabricados nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil (em sua maioria roupas e produtos alimentícios industrializados). Como decorrência dessa dinâmica econômica comprava-se quase sempre ilegalmente no Paraguai e Argentina, visto que raramente a cota de importações era respeitada e fiscalizada, exportavam-se os produtos industrializados fabricados no Sul e Sudeste brasileiros.

A dinamicidade desse tipo de turismo entrou em declínio com a criação do Mercado Comum do Sul - Mercosul, em 1991, que facilitou as trocas entre as empresas exportadoras brasileiras e as firmas comerciais sediadas em Assunção, Ciudad del Este e Buenos Aires. O resultado foi a diminuição da importância de Foz do Iguaçu como centro exportador. Somam-se a isso a abertura da economia, iniciada em 1990; o Plano Real, do segundo semestre de 1994; a imposição da cota máxima de US\$ 150,00 por pessoa no ano de 1995 (atualmente o valor desta cota é de US\$ 300,00), e a flexibilização do câmbio, em 1999.

Conforme Peris e Lugnani (2003), a interação desses fatores resultou na quase inviabilização do comércio com o Paraguai, pois deixou-se de praticar a taxa de câmbio fixa e valorizada que proporcionava vantagens para a compra de mercadorias vindas desse país. Assim, o comércio dos sacoleiros sofreu forte redução, o que trouxe grave crise econômica para a estrutura montada em torno deste comércio, principalmente as lojas comerciais no bairro Vila Portes, importante centro comercial vizinho a Ciudad del Este, separada apenas pela Ponte da Amizade.

Portanto, percebe-se uma mudança no perfil do turismo local e regional, uma vez que essa diminuição implica possíveis alterações na demanda de pessoal, na sua qualificação, assim como na infraestrutura. Nesse contexto, há grande probabilidade de aumento da informalidade ligado ao comércio de fronteira, agravando os problemas sociais e econômicos em Foz do Iguaçu e colocando a necessidade de se discutir conceitos como crescimento e desenvolvimento regional.

De acordo com a SETU (2012) - Secretaria do Esporte e do Turismo do Paraná - Foz do Iguaçu atualmente inserida na segunda Região Turística do Estado do Paraná nominada Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, dentre as 10 existentes, conforme a Política Pública de Regionalização do Turismo no Estado, e é considerada um dos 3 principais destinos indutores do turismo no estado.

Em Foz do Iguaçu, os números do turismo segundo a Secretaria Municipal do Turismo - SMTU (2015) revelam a grande importância do segmento para a economia municipal. Com toda a sua diversidade de atrativos turísticos, o município representa um dos mais belos destinos turísticos do mundo. Possui riquezas naturais incomparáveis, como o Parque Nacional do Iguaçu, tombado como



Patrimônio Natural da Humanidade. A Itaipu binacional é tida como uma das maravilhas da engenharia reconhecida no mundo inteiro e também um grande atrativo turístico. O município possui grande parque hoteleiro, sistema de transportes, gastronomia, serviços de apoio e locais para realização de eventos.

Conforme SMTU (2015), os dois principais motivos das viagens são: Turismo, média de 80,10% entre 2000 a 2013 e Negócios/Congressos como 8,42% no mesmo período. O tempo médio de permanência é de 3 dias, sendo que o gasto médio dos turistas em 2013 fora de US\$ 82,1 per capita/dia na cidade.

Classificada como 3ª cidade mais visitada do país, a frente de São Paulo-SP, Salvador-BA, entre outras, a cidade de Foz do Iguaçu recebeu um fluxo de turistas em 2012 de 2.051.481 pessoas, sendo os principais pólos emissores: Paraná 22%, seguido de Rio de Janeiro 4,9%, entre outros estados brasileiros. Em nível internacional, destacam-se Argentina 7,1%, Paraguai 3,3%, e Estados Unidos 1,3%, entre outros. Desta forma 74,5% dos turistas são brasileiros e 25,5% chegam do exterior.

Segundo a SMTU (2015), no município em 2013 o número de empregos gerados diretamente pelo turismo foi de 13.604 empregos permanentes e 1.042 temporários, distribuídos nas 13 grandes setores empregatícios distintas do turismo. O município dispõe de 62 atrativos turísticos (naturais ou construídos/culturais), 176 meios de hospedagens, totalizando 27.588 leitos disponíveis. A estrutura para eventos tem uma capacidade para além de 50.000 pessoas. O número de pousos e decolagens no aeroporto internacional de Foz do Iguaçu atingiu em 2014 a quantidade de 18.887 com média de 46 vôos diários e 1.880.620 passageiros entre embarques e desembarques.

A partir do fluxo de turistas, dos dados de permanência e do gasto médio diário apresentados pela SMTU, a renda anual gerada pelo turismo em Foz do Iguaçu pode ser estimada (conforme a taxa de câmbio médio do dólar) no ano de 2012 de R\$ 809.838.500,00 e em 2013 de R\$ 1.068.274.900,00.

Conforme o IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – , o PIB do município de Foz do Iguaçu em 2012 foi de R\$ 9.376.110.000,00, sendo a participação da renda do turismo de 9%, em 2013 de R\$ 9.877.010.000,00 com a participação do turismo de 11%, representando um crescimento anual de 2%.

De acordo com os dados da SMTU, os principais setores demandados pelo turismo são serviços de hospedagem, alimentação, comércio e transportes. Se analisarmos dados do CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego – e adotarmos a classificação por setor primário, secundário e terciário, observa-se que a atividade do turismo em 2012 gerou 14.912 admissões representando 77,5% das vagas de empregos, em 2013 gerou 15.556 admissões representando 74,2% das vagas de empregos e em 2014 gerou 16.112 admissões representando então 75,2% das vagas de empregos gerou no setor de serviços.

Para se mensurar o potencial de desenvolvimento regional do município de Foz do Iguaçu partiu-se de uma análise da renda gerada pelo turismo



estimada a partir do número de turistas, dos gastos médios diários em dólar e do tempo médio de permanência, conforme dados oficiais.

É necessário ponderarmos que o quantitativo de turistas de uma região pode sofrer influências de vários fatores de caráter econômico, social, político e ambiental. Sob a ótica econômica, o turismo é influenciado pelo desempenho das economias em termos da geração de renda e empregos, bem como pelo desenvolvimento das tecnologias que amplia a produtividade do trabalhador.

Sob a ótica social, a distribuição da renda é fator preponderante para o turismo. Politicamente, o turismo pode ser afetado por situações como ataques terroristas, golpes de estado, e etc. Do ponto de vista ambiental, o turismo pode ser afetado por tragédias como tsunamis, tornados/ciclones, vulcões ativos entre outras catástrofes da natureza. Além disso, as crises econômicas internacionais e a instabilidade das moedas podem afetar significativamente o turismo.

Contudo, segundo Arendit (2002, p.103), “o turismo como atividade produtiva e geradora de emprego pode ser estendido para outras regiões, menos desenvolvidas, mas que possuem atrativos turísticos.” Segundo o autor, “isso permite transferir benefícios de uma região mais rica para outra mais pobre, contribuindo para melhorar as condições de vida da população dessa última região através dos avanços de infraestrutura e serviços proporcionados pelo turismo e estimulando o surgimento e o crescimento de outras atividades.”

6. Conclusão

A proposta deste artigo baseou-se na idéia de oferecer uma contribuição à análise dos efeitos do turismo no desenvolvimento endógeno do município de Foz do Iguaçu e região, bem como contribuir para orientar os formuladores das políticas de desenvolvimento, além de ajudar a identificar a verdadeira importância do turismo dentro da economia local, seu potencial, seu peso, sua demanda e suas interconexões com as diversas atividades econômicas.

O turismo exige da economia um conjunto de atividades produtivas, no qual os serviços têm um caráter prevalente que interessam a todos os setores econômicos de um país ou uma região. O turismo se caracteriza por possuir, uma interdependência estrutural com as demais atividades, em maior grau e intensidade que qualquer outra atividade produtiva. Assim sendo, por vezes, o turismo é confundido como um fenômeno econômico puro.

Com a expansão espacial do turismo e a crescente diversificação da atividade no atual cenário mundial, ao mesmo tempo em que se apresentam novas oportunidades para países e regiões na busca pelo desenvolvimento regional, apresentam-se, também, novos desafios aos agentes governamentais, bem como aos demais atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento turístico. Cabe ao governo a elaboração e implementação das políticas de ordenamento do território.



Foz do Iguaçu goza das vantagens de sua localização estratégica na Tríplice Fronteira, possuindo perspectivas otimistas de crescimento econômico, com a atração de novos investimentos e consolidação de empresas que poderão usufruir desse nicho de mercado, até então, pouco ou informalmente explorado. A cidade possui a oitava Maravilha da Natureza, as Cataratas do Iguaçu, a maior do mundo, que durante toda a sua trajetória de município, é e sempre será, o ponto forte de atratividade do turismo no município, apesar de ter-se inventado e construído novos atrativos turísticos.

Por fim, conforme aponta a teoria do desenvolvimento regional o turismo depende da população do município de Foz do Iguaçu, tanto para a indispensável hospitalidade ao turista, quando aos investimentos necessários em infraestrutura e políticas públicas no setor. Assim, o planejamento do turismo deve passar por um processo de conscientização da população para a importância dessa atividade, os empresários do turismo devem se engajar nas discussões políticas sobre o tema, os estudantes e sindicatos envolvidos devem ser esclarecidos sobre o turismo e o mercado de trabalho. Há ainda oportunidade de transformar o turismo em uma atividade econômica poderosa e geradora de empregos na região, entretanto, dependendo de uma mudança cultural: a população deve visualizar e exigir providências concretas em favor da atividade do turismo.

Referências

ARENDIT, E. J. **Introdução à economia do turismo**. Campinas-SP: Alinea, 2002.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 17^a. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BOISIER, S. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional**. In: HADDAD, P. R.; CARVALHO FERREIRA, C. M. de; BOISIER, S. e ANDRADE, T. A. *Economia regional (teorias e métodos de análise)* - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1988.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12.ed. São Paulo: Senac, 2007.



CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados . **Perfil do Município de Foz do Iguaçu-PR**. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília-DF. 2012 e 2013. Disponível em:

<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php > Acessado em 12 de julho de 2016 às 18h00.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Entrevista a Maria Selena Palieri (Tradução de Lea Manzi). Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 336p.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

HADDAD, P. R. **Cluster e desenvolvimento regional no Brasil**. CLUSTER – Revista Brasileira de Competitividade, Belo Horizonte, v. 1, n. 2. Agosto-Novembro, 2001.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Produto Interno Bruto (Referência 2010) Segundo os Municípios do Paraná – 2010-2013**. Curitiba-PR. 2014. Disponível em:

<http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/pib_municipal.pdf > Acessado em 09 de julho de 2016 às 11h00.

LAGE, B. H. G. e MILONE, P. C. **Economia do turismo**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MONTEJANO, J. M. **Estrutura do mercado turístico**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2001.

MORAES, J. L. A. **Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável**. Revista do Centro de Ciências Administrativas, UNIFOR – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, dezembro, 2003.

PERIS, A. F.; LUGNANI, A. C. **Um estudo sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu na região Oeste do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, nº 104, p. 79-102, Jan./Jun., 2003.

SESSA, A. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre-RS: Uniontur, 1983.



SETU. Relatório da hierarquização das regiões turísticas do Paraná 2012. Secretaria do Esporte e do Turismo do Estado do Paraná. Curitiba-PR, 2012. Disponível em:
<<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/HierarquizacaoRegioesTuristicaPR2012.pdf>> Acessado em 10 de julho de 2016 às 19h00.

SMTU. Inventário Técnico de Estatísticas Turísticas. Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, Fevereiro de 2015. Disponível em:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=95080>> Acessado em 05 de julho de 2016 às 15h00.

SMTU. Comparativo da Oferta Turística 1987 a 2014. Secretaria Municipal de Turismo. Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=95082>> Acessado em 12 de julho de 2016 às 10h00.

SMTU. Inventário Turístico 2014. Secretaria Municipal de Turismo. Foz do Iguaçu, Dezembro de 2014. Disponível em:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=735>> Acessado em 06 de julho de 2016 às 12h00.

SOUZA, A. M.; CORREA, M. V. Turismo: conceitos, definições e siglas. 2.ed. Manaus: Valer, 2000.

*Recebido em 15/05/2017
Aprovado em 23/06/2017*